

PODER

Diplomacia testa limites

A invasão dos EUA na Venezuela reacende tensões diplomáticas e coloca o Brasil em posição delicada. Especialistas veem risco de mais pressão política e comercial, enquanto o Itamaraty defende soberania, diálogo e o direito internacional

» EDUARDA ESPOSITO

O Brasil entrou em um momento delicado da diplomacia internacional com a invasão dos Estados Unidos à Venezuela. Pouco tempo após sanar o tarifaço aplicado pelo presidente norte-americano, Donald Trump, o país se vê, agora, em um período complicado devido aos ataques e ameaças dos EUA aos países vizinhos Venezuela e Colômbia. O Brasil se posicionou a favor da soberania nacional de cada país e, em manifestação conjunta com México, Chile, Colômbia, Uruguai e Espanha, ressaltou a preocupação com precedente aberto no episódio do começo de janeiro e com o rechaço do direito internacional. Especialistas acreditam que a tensão não deve diminuir em 2026, já que as eleições da Colômbia e do Brasil se aproximam, e apostam que Donald Trump deve manter pressão nas regiões que favoreçam seus interesses estratégicos.

O conselheiro e diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Márcio Coimbra, acredita que a invasão da Venezuela tensiona a relação entre o Brasil e os EUA e que não são assuntos separados. "Não é um assunto separado, mas, sim, o ponto de partida para uma reconfiguração regional que afeta diretamente o Brasil, embora o impacto diplomático tenha nuances diferentes em comparação a um eventual ataque à Colômbia", disse.

Para Coimbra, a ação militar em Caracas abre um precedente perigoso para a soberania sul-americana e que gera um desgaste imediato na confiança entre os dois países. Contudo, o diretor ressalta que a ditadura de Nicolás Maduro criou uma distinção pragmática. "Enquanto um ataque à Colômbia seria visto como uma agressão a um aliado democrático, a intervenção na Venezuela seria tratada sob a ótica da Realpolitik, na qual o Brasil precisaria equilibrar sua retórica de não intervenção com a realidade de um regime já isolado e sob pesadas sanções", explicou.

Ainda segundo Coimbra, o prejuízo diplomático depende de fatores além de ideologia e que o cenário é complexo, porque a queda de Maduro pode trazer à tona informações sensíveis sobre o financiamento de movimentos políticos na região por meio do narcotráfico, o que coloca o governo brasileiro em uma posição defensiva. Entretanto, mesmo com o estresse na relação, um rompimento total é evitado pela interdependência econômica e pela necessidade mútua de estabilidade. "O relacionamento Brasil-EUA, nesse caso, passaria a ser ditado por uma vigilância constante, na qual o Brasil tentaria preservar sua autonomia sem se isolar completamente da nova ordem estabelecida pela Casa Branca na vizinhança", defendeu.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Para o Itamaraty, "não há 'escalada de tensão' entre o Brasil e os Estados Unidos" e posição adotada é a tradição da política externa

Futuro incerto

O Brasil é um país continental, com Forças Armadas estruturadas, peso político e econômico relevante, e uma invasão geraria um custo diplomático e estratégico gigantesco, mesmo para os próprios EUA'

Vinícius Bicalho, professor

Jurídica e estabilidade interna para que os países evitem se tornarem alvos fáceis de pressão externas, seja por sanções, seja por coerção econômica. Dessa forma, os países latino-americanos poderiam se proteger de intervenções externas e evitar uma divisão ainda maior.

Situação complicada

Sobre uma possível invasão ou ataque dos EUA ao Brasil, os especialistas divergem. Para o diretor de Relações Internacionais da Abrig, Márcio Coimbra, a assinatura de

diretrizes que classificam os cartéis e facções da América Latina como organizações terroristas globais mudou a interpretação de segurança pública para um estado de conflito armado declarado. "Não podemos de forma alguma descartar tentativas de confronto direto por parte dos Estados Unidos contra o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). A Casa Branca já demonstrou, por meio da Operação Southern Spear, que está disposta a utilizar força letal, drones e operações cirúrgicas de inteligência militar para neutralizar o que define como 'narcoterrorismo', especialmente quando há indícios de que essas facções colaboram com regimes adversários ou facilitam o fluxo de fentanil para território americano", alertou.

Já para o professor Bicalho, esse tipo de confronto é "extremamente improvável". Na visão do advogado, o tamanho do território brasileiro e a estrutura das forças armadas do país dificultam atos militares por parte dos EUA do ponto de vista de custo-benefício. "O Brasil é um país continental, com Forças Armadas estruturadas, peso político e econômico relevante, e uma invasão geraria um custo diplomático e estratégico gigantesco, mesmo para os próprios EUA", argumentou.

Bicalho também destacou as próprias ações em solo norte-americano, já que as próprias instituições políticas dos Estados Unidos podem limitar futuras ações militares.

"Mesmo dentro dos EUA, você já vê sinais de freios institucionais

e disputa interna sobre o alcance dessas ações militares, o que torna ainda menos crível imaginar uma aventura desse tamanho contra o Brasil", lembrou. Para o especialista em direito migratório, o que será mais plausível nessa relação estreitada é o uso de pressões já conhecidas, como tarifas, sanções, restrições financeiras, exigências políticas, disputa de narrativas e condicionantes econômicos.

Ações internas

Até aqui, o Brasil tem marcado posição firme em condenar a invasão da Venezuela e tentar evitar que mais ataques militares ocorram nos vizinhos, como a Colômbia. Ao *Correio*, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) disse que "não há 'escalada de tensão' entre o Brasil e os Estados Unidos". O Itamaraty afirmou que a posição adotada pelo país é coerente com a tradição da política externa e com a Constituição. "A solidariedade e o respeito internacional da posição brasileira demonstram-se pelo fato de o ministro Mauro Vieira ter sido procurado, para falar da situação na Venezuela, por autoridades internacionais das mais diversas regiões e dos mais diferenciados posicionamentos políticos", destacou.

Segundo o MRE, desde 3 de janeiro, o ministro tem mantido contato e articulado acerca da situação na Venezuela com os chanceleres de Venezuela, Uruguai, México, França, África do Sul, Colômbia, Espanha, Canadá, Noruega, Irã

e Países Baixos. Mauro Vieira também conversou com o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Alta Representante da União Europeia para Negócios Estrangeiros e Política de Segurança. Na semana passada, o Brasil juntamente com México, Chile, Colômbia, Uruguai e Espanha, condenaram a invasão em uma conta conjunta. "Reafirmamos o caráter da América Latina e do Caribe como zona de paz, construída sobre o respeito mútuo, a solução pacífica das controvérsias e a não intervenção, e fazemos um apelo à unidade regional, para além das diferenças políticas, diante de qualquer ação que coloque em risco a estabilidade regional. Da mesma forma, exortamos as Nações Unidas e os mecanismos multilaterais pertinentes a fazer uso de seus bons ofícios para contribuir para a desescalada das tensões e para a preservação da paz regional", defendeu.

Já no Legislativo, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Brasil-China e BRICS, Fausto Pinato (PP-SP), elogiou a forma como o Brasil se posicionou ante os ataques dos EUA. "Rompendo com décadas de cautela diplomática característica da Itamaraty, o Brasil posicionou-se de maneira inequívoca ao lado de seus parceiros estratégicos. Essa mudança de paradigma representa um marco histórico em nossa política externa", afirmou. Pinato defende a criação de uma nova frente, da Indústria de Defesa, para proteger a soberania brasileira dentro do Congresso. "A soberania nacional não se sustenta apenas em declarações de princípios, ela requer capacidades materiais de dissuasão. Uma base industrial de defesa autônoma é condição indispensável para que o país exerça plenamente sua independência, livre de pressões de fornecedores externos que podem instrumentalizar essa dependência para fins políticos", defendeu.

O deputado também cobrou dos integrantes da frente do BRICS que deem celeridade na cooperação técnica de defesa com compartilhamento de tecnologias, desenvolvimento conjunto de sistemas de defesa e a coordenação estratégica entre os países membros para fortalecer a segurança individual. "O monopólio tecnológico militar tem sido usado como instrumento de pressão política e, como ficou evidente, de agressão direta", ressaltou Pinato. "Quando uma potência age à margem do Conselho de Segurança, cabe aos demais Estados reafirmarem os princípios da Carta das Nações Unidas. Como parlamentar brasileiro comprometido com a multipolaridade, continuarei mobilizando esforços para que o Brasil assuma protagonismo nessa nova ordem internacional que se desenhe", afirmou.



ROBERTO BRANT

"DADO O PODER MILITAR E ECONÔMICO DOS ESTADOS UNIDOS, ESTA NOVA POSIÇÃO COLOCA DESAFIOS NUNCA IMAGINADOS PARA O BRASIL"

Duas ameaças existenciais

O Brasil de 2026 está exposto a duas ameaças existenciais que, se não forem resolvidas, podem ferir de morte nosso destino como nação. Uma é de origem externa e vai testar no limite a sabedoria de nossas lideranças e o caráter de nosso povo, únicas armas que teríamos, no presente, para proteger nossa independência, diante da força desproporcional que nos ameaça. A outra é uma contaminação inédita dos Poderes da República por uma entidade financeira em processo falimentar, cujo desvendamento parece ter potencial para deslegitimar nossas instituições.

A ameaça externa está expressa

com todas as letras na nova Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos, documento que redireciona o foco da política externa e das preocupações de segurança do país para o hemisfério ocidental, deixando, por incrível que possa parecer, em segundo plano regiões como o Oriente Médio, a Ásia e a Europa e antagonismos com a Rússia e a China. Sua ideia é agrupar as Américas do Norte e do Sul e, eventualmente Groenlândia, como uma única unidade geopolítica e garantir que a dominação dos Estados Unidos sobre toda esta extensão territorial não será mais questionada por ninguém. O corolário deste princípio é que doravante,

como já foi no passado, o governo americano é a única força policial para todo o hemisfério.

A nova orientação não deixa espaço para qualquer ambiguidade e não faz concessões a princípios ou valores, deixando claro que o princípio organizador das relações hemisféricas será sempre o interesse econômico da nação americana, ao qual estarão subordinados os recursos, a infraestrutura e a economia de todos os países do continente.

Dado o poder militar e econômico dos Estados Unidos, esta nova posição coloca desafios nunca imaginados para o Brasil. Somos o país

com mais recursos de toda a região e com uma dimensão econômica que nos obriga a ter relações com todos os países, sendo praticamente impossível nos tornarmos uma economia anexada e subordinada aos interesses de uma "América em Primeiro Lugar". Não temos recursos militares para fazer face a este tipo de ameaça, mas se formos uma nação unida em torno de sua independência e de sua liberdade, não seremos um alvo tão fácil como até agora tem sido a Venezuela. Para isto precisamos, mesmo que por emergência, deixar de lado a polarização atual. O governo federal tem que se tornar mais brasileiro e menos partidário e ideológico, estendendo pontes em todas as direções. Isto feito, quem recusar a unidade, para este fim exclusivo, estará a serviço de uma nação estrangeira, nada menos do que isto.

Uma nação unida é muito forte.

A ameaça interna é o risco que corre as instituições republicanas com os indícios cada dia mais evidentes de envolvimento de uma extensa lista de autoridades na tentativa de usar o poder institucional a serviço dos donos do Banco Master, em processo de liquidação por motivo de insolvência e de uma extensa lista de fraudes. O Brasil está acostumado com escândalos, mas este supera todos, dada a extensão das suspeitas, que só continuam apenas como suspeitas porque o Supremo decidiu ocultá-las até agora do conhecimento público. Não fosse a imprensa, a jornalista Malu Gaspar à frente, o oculismo estaria completo.

Com a exceção do Banco Central e da Polícia Federal, nenhuma instituição relevante está fora

de suspeita. Pelo que se tem lido e ouvido, a mobilização em defesa dos negócios suspeitos envolveria membros do Senado, da Câmara, do Supremo, do Tribunal de Contas e agora, até a Presidência, que nomeou para a Comissão de Valores Mobiliários um dirigente que, segundo a jornalista Adriana Fernandes, da *Folha*, brecou decisões da CVM que seriam desfavoráveis ao dono do Master.

Nossa República sobreviverá se o caso Master for completamente desvendado, em toda sua amplitude? Qual será o nível real de contaminação? Como a população brasileira vai encarar suas instituições e suas autoridades, se um único homem de dinheiro tiver sido capaz de tamanha devastação moral? A angústia das respostas não pode durar muito tempo.